

*Curar como Arte e Ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura**

*Nikelen Acosta Witter***

Ainda que recente, o interesse dos historiadores pelo estudo das diferentes práticas de cura, existentes ao longo da História brasileira, tem-se solidificado nos últimos anos. Tal fato vem abrindo espaço para pesquisas nas quais o exercício e o uso das formas mais populares das artes de curar aparecem como foco principal de estudo. Este artigo tem com objetivo fazer um pequeno inventário destes trabalhos, analisando alguns com mais detalhe e apontando suas contribuições, diferenças, semelhanças e indicações, no sentido de formular uma agenda de pesquisa para o tema.

Palavras-chave: Práticas de cura – Historiografia – Brasil

To cure as Art and occupation: contributions for a historiography's debate about health, disease and cures

Although recent, the historian's interest in the study of the different cure practices along the Brazilian History has been solidifying in the last years. Such fact has opened space for researches in which the exercise and the use of most popular procedures of the arts of curing appear as main focus of study. This article presents a small inventory

* Artigo recebido em fevereiro de 2005 e aprovado para publicação em abril de 2005.

** Mestre em História do Brasil pela PUCRS. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Bolsista CNPq. E-mail: nikelen@ibest.com.br

Tempo, Rio de Janeiro, nº 19, pp. 13-25

of these works, considering some of them in detail and pointing out their contributions, differences, similarities, as well as their indications concerning a possible formulation of a researching agenda of the theme.

Key Words: Practices of cure – Historiography – Brazil.

Guérir comme art et comme office: des contributions pour le debat historiografique sur la santé, la maladie et la cure

Malgré qu'il soit récent, l'intérêt des historiens pour les différentes pratiques de guérir dans l'histoire du Brésil se montre solidifié aux derniers années. Ce phénomène a ouvert espace à plusieurs recherches sur l'exercice et l'usage des arts de guérir populaires. Cet article vise a faire un petit dossier de ces études, en regardand ses contributions, ses différences, ses similitudes et les références qu'ils proposent pour faire une agenda des prochaines recherches.

Mots-clefs: Pratiques de guérir – Historiografie – Brésil.

Introdução

Até bem pouco tempo, curandeiros, boticários, cirurgiões-barbeiros e parteiras apareciam em grande parte dos textos que se dedicavam à história da medicina no Brasil como categorias difusas e quase sempre marginais. A maior parte dos escritos sobre o assunto contentou-se em repetir o discurso médico relativo à sua ação como atividades marcadas pela ignorância, pela superstição e pela ineficácia. As práticas populares de curar acabaram aparecendo, assim, em boa parte da historiografia, como pertencentes a um conjunto de atitudes “pré-rationais” e ilógicas, fruto de uma mistura de culturas (visto de forma pejorativa) e do “abandono” em que viveram as povoações brasileiras, especialmente durante o período colonial. Tais práticas ter-se-iam originado, para a maior parte dos autores que comentaram o tema, principalmente, da “falta” de médicos. Este fato teria feito com que estas fossem admitidas pelas autoridades, por certo tempo, como um “mal necessário” à sobrevivência da população. Entretanto, a permissividade e o pouco controle com que o curandeirismo foi tratado nos primeiros séculos da história brasileira teriam acarretado, nos alvares da medicina científica no país, uma árdua luta dos doutores contra o que se dizia ser “o arraigado atraso” do povo brasileiro¹.

¹ Este argumento é presente, por exemplo, em Lycurgo de Castro Santos Filho, *História Geral da Medicina Brasileira* (1ª ed. 1948), Vols. I e II, São Paulo, Hucitec/EDUSP, 1991.

Nas últimas décadas, um renovado interesse pela história da medicina e de outras práticas de cura modificou bastante a antiga leitura a respeito dos curandeirismos e dos curandeiros em geral. Assim, neste artigo, meu objetivo é fazer um pequeno inventário de algumas destas obras que se têm dedicado a estudar as práticas de cura dentro do atual contexto historiográfico, contribuindo para solidificá-lo como um campo de pesquisas original e de grande interesse para a história do Brasil. Inicialmente, farei um pequeno comentário de como as práticas de cura populares foram descritas e estudadas pela historiografia no decorrer do século XX. Após, analisarei alguns dos estudos que elegeram as práticas de cura populares como seu principal foco de investigação e, por fim, com base neles, apresentarei uma pequena agenda de pesquisa para o tema.

Os estudos folclóricos e a inspiração antropológica

Na primeira metade do século XX, vários estudiosos, que se dedicaram ao estudo do folclore brasileiro, começaram a se interessar em coletar informações e compreender as raízes culturais em que se baseavam as práticas de cura populares. É o caso de trabalhos como os de Câmara Cascudo, provavelmente o mais influente destes autores, ou Oswaldo Cabral, que se centraram no recolhimento de curiosidades acerca do folclore popular da cura e da doença, ou ainda de Alceu Maynard de Araújo, cuja influência, recebida da antropologia norte-americana, fez com que buscasse compreender a lógica de pensamento de curandeiros e seus clientes em uma região distante dos grandes centros do país². Outro autor, cujas pesquisas também foram de importância para o tema, foi Roger Bastide. Seus estudos se ligavam às lógicas religiosas que sustentavam as explicações sobre a cura e a doença entre o povo³.

A partir das décadas de 1970 e 1980, o empenho dos historiadores no diálogo com outras ciências sociais, como a antropologia, a sociologia, a filosofia e a psicologia, fez surgir, no âmbito das pesquisas históricas, novas áreas

² Luiz da Câmara Cascudo, *Tradição ciência do povo*, 1971; Oswaldo Cabral, *Medicina, Médicos e charlatões do passado*, Florianópolis, Imprensa Oficial, 1942; Alceu Maynard de Araújo, *Medicina Rústica* (1ª ed. 1950), 2ª ed., São Paulo, Nacional, Brasília, INL, 1977.

³ Roger Bastide, "Medicina e Magia nos Candomblés", René Ribeiro e Roger Bastide, *Negros no Brasil: religião, medicina e magia*, São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, 1971.

de interesse, em termos de objetos e abordagens. A própria história da medicina em si sofreu uma grande renovação a partir da busca daqueles estudiosos em tematizar sua construção institucional e seu papel junto ao poder político e governamental⁴. Contudo, as alterações ocorridas nas formas de pensar a história médica também modificaram o modo como as práticas populares de cura tinham sido até então apreendidas.

O questionamento sobre o lugar ocupado pelas práticas de cura entre os populares, entretanto, se colocou primeiramente entre os antropólogos e os sociólogos. As investigações que daí surgiram tinham a intenção de romper com a idéia de que estas sobreviviam apenas em nichos populacionais onde o abandono governamental e a “ignorância” seriam maiores; para isto, era necessário compreender a lógica de determinados grupos, bem como suas concepções de doença e de cura. Os trabalhos de Maria Andréa Loyola, Paula Montero, e Elda Oliveira⁵, por exemplo, fugiram das abordagens folclóricas e religiosas acerca das práticas de cura populares e encontraram nelas e em seus praticantes uma coerência nas idéias relativas ao funcionamento do corpo e às ações do mundo e dos homens sobre ele. Para as autoras, a diferença de entendimento advinha de uma racionalidade específica e de necessidades práticas e simbólicas diferentes, mas não destituídas de valor, nem atrasadas ou fruto simplesmente da ignorância e da superstição. Pelo contrário, as práticas de cura populares seriam uma criação original e não simplesmente reativa a outros saberes ou à falta deles.

Entre os historiadores, foi na década de 1990 que os questionamentos sobre o papel das diferentes práticas populares de cura na história do Brasil se acentuaram, como parte das preocupações de pesquisa. Neste sentido, os trabalhos de Gabriela Sampaio, Márcia Ribeiro e Beatriz Weber⁶ come-

⁴ Ver Maria Alice de Carvalho e Nísia Trindade Lima, “O Argumento Histórico nas Análises de Saúde Coletiva”, Sônia Fleury (Org.), *Saúde: Coletiva? Questionando a onipotência do social*, Rio de Janeiro, Relume, 1992, pp. 117-142.

⁵ Maria Andréa Loyola, *Médicos e Curandeiros: conflito social e saúde*, São Paulo, Difel, 1984; Paula Montero, *Da Doença à Desordem: a magia na Umbanda*, Rio de Janeiro, Graal, 1985; Elda Rizzo de Oliveira, *O que é medicina popular?* São Paulo, Brasiliense, 1985.

⁶ Gabriela dos Reis Sampaio, *Nas Trincheiras da Cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*, Campinas, UNICAMP, 2001; Márcia Moisés Ribeiro, *Ciência nos Trópicos – a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo, Hucitec, 1997; Beatriz Weber, *As Artes de Curar – medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense (1889-1928)*, Bauru, SP/ Santa Maria, RS, EDUSC/ Ed. da UFSM, 1999.

çaram a solidificar na academia o interesse por este campo de estudos. Embora nenhuma destas obras tenha o curandeirismo como tema principal, elas foram responsáveis pela colocação de alguns dos problemas que se tornaram caros aos estudiosos do tema. Em primeiro, a idéia de que, ao longo dos três primeiros séculos da história do Brasil, apenas uma tênue fronteira distanciava o saber médico oficial dos saberes populares. Em segundo, existência de conflitos não apenas entre a medicina e suas concorrentes populares, mas entre os próprios médicos acadêmicos e as teorias explicativas da doença e das terapias que utilizavam, daí o uso do termo “medicinas”. Em terceiro, a idéia de que medicina e magia permaneceram associadas para uma boa parte da população brasileira, influenciando as escolhas terapêuticas e a busca de curadores – médicos ou curandeiros – até meados do século XX.

Práticas de cura e artes de curar

Em fins da década de 1990, as práticas de cura passaram a figurar como um tema bastante recorrente entre as teses de mestrado e doutorado, defendidas nos programas de pós-graduação em história em todo o Brasil. Alguns destes trabalhos dedicaram-se diretamente aos curadores populares, suas práticas e seu papel junto à população, outros os encontraram em temas convergentes, como o corpo, o nascimento, a morte, etc. Trata-se, certamente, de uma listagem incompleta, mas podemos citar aqui alguns autores que mais diretamente se debruçaram sobre o assunto: Tânia Pimenta, cujas teses de mestrado e doutorado se voltaram para o estudo das modificações do *status* dos curadores perante a legislação brasileira, na passagem da Colônia para o Império, das resistências dos que caíam na ilegalidade e da percepção do povo quanto às alterações legais; Vera Marques, que investigou os medicamentos no Brasil Colônia; Betânia Figueiredo, Marcio Soares, Nikelen Witter, Nauk Maria de Jesus e Regina Xavier, que se voltaram para o estudo da diversidade de saberes, práticas e agentes da cura que grassavam pelo Brasil Imperial. Já Liane Bertucci e Ariosvaldo Diniz estudaram as práticas de cura nos períodos das epidemias de gripe espanhola, em São Paulo, e de cólera, no Recife, respectivamente⁷.

⁷ Tânia Salgado Pimenta, “Artes de Curar: um estudo a partir dos documentos da Fiscatura-mor no Brasil do começo do século XIX”, Campinas, SP, UNICAMP, 1997 (Dissertação de Mestrado); ____, “O Exercício das Artes de Curar no Rio de Janeiro (1828-1855)”, Campinas,

Algumas das diferenças destes trabalhos em relação aos seus antecessores podem ser notadas em seus títulos. A palavra medicina passou a ser empregada, muitas vezes, no plural (como sugerido por Sampaio), com a intenção de deixar clara a diversidade de seu entendimento, mesmo entre os médicos oficialmente reconhecidos. A expressão “medicina popular” perdeu espaço e praticamente caiu em desuso em função de sua idéia de um saber construído em oposição a outro. Em seu lugar, apareceram, de forma recorrente, as expressões *artes de curar* e *práticas de cura*. Como justifica Pimenta, os usos destas expressões vêm de encontro a diversas necessidades dos pesquisadores, tanto em termos instrumentais quanto narrativos, de se identificar medicina (ou “medicinas”) com as práticas acadêmicas e de buscar termos mais amplos que possam incorporar diferentes práticas de curar.

Porém, mais do que uma terminologia, o que salta à vista nestes trabalhos é a semelhança não somente dos argumentos, mas das conclusões que diferentes tipos de fontes, em diferentes partes do Brasil, suscitaram aos pesquisadores. A fim de fazer uma análise mais profunda, restringi o exame aos trabalhos de Tânia Pimenta, Márcio Soares, Nikelen Witter e Betânia Figueiredo⁸. Inicialmente, farei um inventário das principais preocupações e das semelhanças que os aproximam. A seguir, ocupar-me-ei de algumas

SP, UNICAMP, 2003 (Tese de Doutorado); Vera Marques, *Natureza em boiões – medicina e boticários no Brasil setecentista*, Campinas, SP, Ed. da UNICAMP, 1999; Betânia Figueiredo, *A Arte de Curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*, Rio de Janeiro, Vício da Leitura, 2002; Marcio de Souza Soares, “A doença e a cura – saberes médicos e cultura popular na corte imperial”, Niterói, RJ, UFF, 1999 (Dissertação de Mestrado); Nikelen Acosta Witter, *Dizem que foi Feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845-1880)*, Porto Alegre, EDIPUC, 2001; Nauk Maria de Jesus, “Saúde e Doença: Práticas de cura no centro da América do Sul (1727-1808)”, Cuiabá, UFMT (Dissertação de Mestrado); Regina Xavier, “Dos males e suas curas: práticas médicas na Campinas oitocentista”, Sidney Chalhoub *et alii* (Orgs.), *Artes e Ofícios de Curar no Brasil*, Campinas, SP, UNICAMP, 2003, pp. 331-354; Liane Bertucci, “Influenza, a medicina enferma. Ciência e Práticas de Cura na época da gripe espanhola em São Paulo”, Campinas, SP, UNICAMP, 2002 (Tese de Doutorado); Ariovaldo Diniz, “As artes de curar nos tempos do cólera, Recife, 1856”, Sidney Chalhoub *et alii* (Orgs.), *op. cit.*, 2003, pp. 355-385.

⁸ Tânia Salgado Pimenta, “Médicos e mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. VIII (2), jul.-ago. 2001, pp. 407-38; _____, *op. cit.*, 2003 (no caso, aqui, apenas o primeiro capítulo da Tese: “O controle sobre as Artes de Curar”); Márcio de Souza Soares, “Médicos e mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. VIII (2), jul.-ago. 2001, pp. 407-38; Nikelen Witter, *Dizem que foi...*, *op. cit.*, 2001; e Betânia Figueiredo, *A arte de curar...*, *op. cit.*, 2002.

diferenças e de possíveis problemas que estas abordagens possam ter, das suas contribuições para a história das práticas de cura e também do Brasil e, por último, da indicação de uma possível agenda de pesquisa para o tema.

Considerando os trabalhos de Pimenta e Figueiredo, é possível perceber uma grande preocupação das autoras em compreender o ofício, o desempenho e a posição ocupada pelos diferentes tipos de curadores populares no Brasil do século XIX. No caso de Pimenta, a atuação profissional aparece em seus dois trabalhos enquanto objeto de regulamentação por parte do Estado, preocupado em controlar o exercício da cura no país. Entretanto, frisa a autora, foi um controle cheio de fragilidades, que podiam ser exploradas pelos agentes das práticas populares a fim de alcançarem mesmo o *status* das artes de cura oficiais. Ao longo da primeira metade do século XIX, embora a regulamentação tenha ganhado em rigor, não foi acompanhada por uma igual fiscalização, o que significou que o exercício dos ofícios de curar, em termos práticos, não se modificou substancialmente. Além disto, a busca pela oficialização não era considerada uma necessidade do serviço, nem para a esmagadora maioria dos profissionais nem para suas clientelas.

Pimenta percebe que, entre 1808 e 1855, ocorreu um processo legal que foi lentamente elaborando campos diferentes de atuação, em termos oficiais, para os diversos tipos de curadores. A regulamentação se preocupou em distinguir os profissionais, reconhecendo alguns saberes e excluindo outros. Até 1828, quando foi extinta a Fisicatura-mor, cartas de referência, atestados de aprendizagem de ofício ou de conhecimentos empíricos permitiam a barbeiros-sangradores, cirurgiões-barbeiros⁹, boticários, parteiras, dentistas práticos e curandeiros em geral ingressarem no mundo das práticas oficiais de curar. Os regulamentos que vêm a substituir a legislação da Fisicatura e da Provedoria-mor, em 1832, alteraram o antigo quadro legal. A partir daí, de todos os diferentes ofícios de curar, os únicos que continuaram a ser reconhecidos, além, é claro, dos médicos, foram os cirurgiões, os boticários e as parteiras (que somente poderiam atuar dentro das indicações e das determinações dos praticantes da medicina oficial). Os outros curandeiros

⁹ De acordo com o Dicionário Morais e Silva, de 1813 (*apud* Figueiredo, 2002), era uma atividade comum aos barbeiros até princípios do século XX fazer sangrias e aplicar sanguessugas em quem lhes pagasse para isto. Alguns podiam ser cirurgiões-barbeiros, isto é, podiam também realizar cirurgias, embora, muitas vezes, não houvesse uma delimitação bem definida entre uma e outra atividade.

ficaram doravante permanentemente excluídos da legalidade. Este quadro legal que hierarquizava, reconhecia e excluía saberes de cura, entretanto, em nada correspondeu à realidade. Como bem aponta a autora, se, por um lado, a legislação sempre ofereceu espaços que permitiam, por exemplo, que os curandeiros atuassem onde não houvesse médicos, por outro, o *status* de curador oficial nunca foi uma preocupação da clientela na busca dos agentes de cura (o que é igualmente apontado por Soares e Witter). Além disto, conforme aponte em meu trabalho supracitado, a legislação também poderia ser interpretada de acordo com os interesses e as necessidades da comunidade em questão. A idéia de “oficialmente habilitado”, existente na lei, poderia ser balizada por outras, como “competência” ou “bom conceito”, pois cada comunidade se achava no direito de julgar a capacidade daqueles que curavam¹⁰.

A obra de Figueiredo dá ainda maior atenção à constituição profissional e ao espaço ocupado pelos diferentes curadores nas Minas Gerais do século XIX. A autora buscou perceber quais os elementos que marcavam a delimitação entre um e outro ofício de cura e como se organizava a escala hierárquica deste tipo de atuação na sociedade mineira. A inferioridade do trabalho manual em relação às chamadas artes liberais, por exemplo, continuou ao longo dos oitocentos a exercer um papel fundamental na constituição da escala social dos curadores. A associação com o sangue, o corpo e as suas partes “sujas” acabou sempre por degradar o ofício de barbeiros e cirurgiões, enquanto os médicos se identificavam com as artes liberais, que exigiam maior estudo e menor grau de trabalho manual. Isto fez com que boa parte dos barbeiros-sangradores e mesmo alguns cirurgiões existentes no Brasil deste período fossem escravos, forros ou mulatos, com quem o trabalho manual era identificado.

Não podemos esquecer, contudo, que, ao longo do século XIX, os próprios avanços na arte cirúrgica – como a maior importância dada à anatomia e às suas descobertas e a introdução da anestesia e da assepsia – contribuíram para a alteração deste quadro. Assim, a fundação das escolas de cirurgia junto às Faculdades de Medicina demonstrava a tendência mundial que,

¹⁰ Sobre a idéia de “bom conceito”, ver Nikelen Witter, “Em busca do ‘bom conceito’: curandeiros e médicos no século XIX”, Júlio Quevedo (Org.), *Historiadores do Novo Século*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2001, pp. 123-153.

até fins do século XIX, levou à incorporação das habilidades cirúrgicas pelos médicos. Esta escala sócio-profissional, conforme apresentada por Figueiredo, teria sido vigente, entretanto, por boa parte do século XIX e fica bem próxima da percebida por Pimenta, em termos legais. Porém, ambas as autoras complementam que, na prática, existia uma absoluta fluidez entre estes ofícios, ao menos no caso dos barbeiros e dos cirurgiões¹¹. Estes, na maioria das vezes, também se comportavam como médicos, receitando remédios e excedendo as que deveriam ser as atribuições de sua arte.

Figueiredo também investiga outras categorias de curadores, como as parteiras, os curandeiros, os boticários e os farmacêuticos. Aliás, esta diferenciação é extremamente importante, em termos operacionais, para o estudo das práticas populares. Muito embora se reconheça a existência de limites muito estreitos entre uma e outra categoria, na prática, o fato é que a terminologia pode identificar, nas fontes, uma ocupação principal ou inicial, por parte do sujeito considerado enquanto profissional. De todas estas categorias, uma única tinha seu exercício praticado essencialmente por mulheres. As parteiras, ao menos no Brasil, ocuparam um lugar nas artes de curar que se manteve por mais tempo fechado aos homens e, conseqüentemente, aos doutores. Para isto, concorreram diversos fatores. O trato do corpo feminino era algo revestido de muitos pudores por parte daquela sociedade, mas também de uma boa dose de desconhecimento. A valorização da experiência como fonte de saber, própria das sociedades anteriores ao século XX, acabava por facultar às mulheres, mesmo as de origem mais humilde, uma superioridade no trato das mazelas femininas, que muito dificilmente foi possível aos médicos superar. A partir de 1832, quando foi instituída a Escola de partos junto às Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro¹², abriu-se a possibilidade de existirem parteiras não somente formadas pela prática, mas pelo estudo. Embora Figueiredo não considere o número de parteiras formadas, em sua tese Tânia Pimenta deixa claro ter sido o impacto desta segunda opção absolutamente irrisório. Os números nunca

¹¹ Soares (1999) e Witter (1999/2001) fundamentados em evidências recolhidas entre viajantes e processos-crimes, respectivamente, negam, no entanto, que tanto a escala legal quanto a social fossem diretamente correspondentes à escala em que a população colocava a capacidade curativa dos agentes da cura.

¹² As duas únicas existentes no país.

chegaram a 5 alunas por turma e, às vezes, nenhuma. As parteiras – como também apontei em meu trabalho para o sul do Brasil – atuavam ainda como “ginecologistas”, por conhecerem as doenças de mulher, e como “pediatras”, pela sua proximidade com mães e filhos. De resto, era tão trivial em Minas quanto no extremo sul do Brasil a corriqueira associação entre as parteiras populares, o feitiço e a magia.

Todos os quatro autores aqui analisados recusam o uso do termo charlatão como forma de definir os curandeiros e os práticos. Há um reconhecimento, por parte deles, de que este termo faz parte de um discurso datado acerca das práticas de curar, que pretendia desqualificar a atuação dos que não estivessem incluídos em um certo *status* sócio-profissional. No que diz respeito à profissão, enquanto definição social e principal fonte de renda, Betânia Figueiredo vê nos curandeiros a categoria que, provavelmente, menos incorporava o exercício da arte de curar como atividade profissional. Boa parte destes curadores não tinha esta atividade como única fonte de renda, enquanto outros nem ao menos a exerciam de forma remunerada.

Os trabalhos de Soares e o meu próprio deram menos atenção à formação das categorias sócio-profissionais e apresentaram como interesse central a percepção das diferentes atividades de cura por parte da população, o que também aparece, embora não como foco principal, nas obras discutidas acima. As conclusões destas duas pesquisas são bastante semelhantes e comprovam, para o Brasil, não a preferência dos “ignorantes” por curandeiros – como descreveu Santos Filho – mas uma escolha legítima de práticas mais próximas das concepções de cura existentes entre a população. Outro ponto de convergência destes dois trabalhos é o estudo da associação entre magia, doença e cura e a tentativa de reconstrução dos elementos que compunham o universo cultural dos oitocentos. Além disto, a idéia do curandeirismo como um “mal necessário” a cobrir a lacuna deixada pela “falta” de médicos e de remédios europeus é igual e enfaticamente descartada. Da mesma forma que apontei em minha pesquisa, Marcio Soares também questiona o anacronismo da percepção do curandeirismo a partir de uma lógica da falta de médicos, como se isto significasse, para o século XIX, o mesmo que veio a significar no século XX.

Sobre este tema, Figueiredo acredita que uma parte da resposta acerca da recusa dos médicos advinha do que ela considera uma *falta de hábito* por parte da população em consultar os doutores. Entretanto, a autora ainda

relaciona, mesmo que de forma superficial, a *falta de hábito* com a *falta de médicos e remédios* com que as populações da Colônia sempre lidaram durante seus primeiros séculos. A outra parte da resposta está, para ela assim como para Pimenta, no fato de a escolha dos curandeiros estar eminentemente associada a elementos étnicos e sociais. Já para Soares, e também como indiquei em minha pesquisa, as explicações para a “preferência pelos curandeiros” estariam mais ligadas aos fundamentos das concepções de corpo, cura e doença. Neste sentido, o que distingue os argumentos dos autores é uma diferença de foco. De fato, não se pode esquecer que, mesmo sem lhes dar primazia na explicação acima, é justamente no estudo das concepções de corpo, dor e morte que se situa, por exemplo, um dos grandes méritos do trabalho de Figueiredo, em especial na parte que se dedica à compreensão da alimentação como meio de cura e manutenção da saúde. Entretanto, o de que se sente falta nesta obra é de uma análise que incluísse, de forma mais ampla, as visões populares acerca da saúde, tão brilhantemente investigadas pela autora, e dos próprios doentes, na elaboração do *status* profissional dos curadores. Embora relações entre eles e os doentes estejam presentes de forma clara no livro, ainda restam pouco aparentes os pontos onde um influenciava nas atitudes e nas práticas do outro.

Certamente não é, para o historiador, das tarefas mais fáceis perceber o conjunto de interações ocorridas entre curadores e doentes, bem como as modificações que tiveram lugar ao longo do tempo. Por isto, talvez seja necessário que se vá mais longe na investigação do processo pelo qual se estabeleciam as relações entre os que curavam e os que buscavam ser curados. É aqui que estes trabalhos indicam caminhos que ainda estão por ser trilhados pelos estudiosos, uma verdadeira agenda de pesquisa.

Uma agenda de pesquisa

A idéia de pensar uma agenda de pesquisa vem de encontro à tentativa de sistematizar os questionamentos propostos acima. Composta de algumas das possibilidades investigativas sugeridas pela leitura das obras relacionadas, ela é apenas uma indicação inicial do que este campo de estudos pode oferecer. Está, portanto, aberta, e creio que muitos elementos, em termos de questões e abordagens, lhe podem ainda ser incorporados.

Neste sentido, um dos elementos mais interessantes a serem investigados, a fim de compreender os caminhos seguidos pelas concepções de cura

e doença, está, certamente, na chamada relação médico-paciente – ou terapeuta-doente, como propõe Pimenta (2003), que tem aparecido, na maior parte dos trabalhos, apenas como uma relação individual entre quem adoece e quem se cura, ou seja, dá-se ainda pouca importância ao papel representado pela família e pela comunidade na interação entre os agentes da cura e sua clientela. A inclusão deste aspecto pode ser de grande valia, tanto para o entendimento das escolhas da população, como para análise das estratégias utilizadas pelos curadores na conquista de um “bom conceito” junto à sua clientela.

Igualmente é preciso que se dê mais atenção à relação que se estabelecia entre as concepções populares de saúde, doença e cura e as modificações que ocorreram nas práticas de cura em geral, especialmente as médicas, ao longo do século XIX. Neste caso, é interessante notar que todos os autores estudados apontam os “tratados de medicina popular” como um fator de convencimento das “verdades médicas” sobre o corpo, ou seja, aceitam que a sua inclusão no cotidiano de alguns setores da população colaborou para a modificação das formas como a saúde e a doença eram compreendidas. No entanto, nenhum dos trabalhos mencionados preocupou-se em distinguir as possíveis transformações que aí ocorreram, a partir de tal contato, ao contrário, preferiram dar relevo tão somente às semelhanças que mantiveram estas práticas em estreita proximidade durante os períodos da Colônia e do Império. Por outro lado, a visão do curandeirismo como um saber tradicional, embora importante para fugir do seu entendimento como um conhecimento desqualificado, acabou obstruindo a possibilidade de observar as suas transformações nos períodos estudados, como se a tradição fosse um quadro parado no tempo, sem história.

Outros elementos que também pedem mais atenção dos historiadores são o caminho histórico percorrido pelo termo “charlatão”, na qualificação das práticas de cura, e que tipos de práticas determinavam o uso desta ou daquela terminologia no ato de identificar este ou aquele curador. Da mesma forma, seria interessante que se investigasse, de forma mais aguda, como se deram as negociações entre as diferentes categorias de médicos e de curadores, no sentido da busca pela legitimidade, tanto em termos institucionais, quanto frente aos que consumiam os serviços de cura. Além disto, creio que ainda tem sido bastante negligenciado o papel das comunidades na aceitação e na recusa de determinadas formas de cura e curadores, bem como a sua influência na alteração prática do que era prescrito pela legislação.

Por fim, acredito que se podem apontar dois aspectos ainda frágeis nas análises comentadas acima. O primeiro seria a falta de uma definição maior dos conceitos utilizados pelos autores. Refiro-me ao uso de termos/expressões como “saberes”, “elites médicas”, “poder”, “trocas culturais”, muitas vezes sem que se traga à luz com que autores os pesquisadores estão dialogando e sem que se explique por que e como estes conceitos se aplicam aos objetos de pesquisa. O segundo aspecto diz respeito às fontes. O uso excessivo de longas descrições das mesmas, sem que se faça uma análise mais clara do porquê disto. Tal fato pode, por vezes, comprometer o excelente trabalho empírico realizado, ao deixar para o leitor uma enorme quantidade de informações às quais falta ainda uma síntese das idéias propostas.

Contudo, isto em nada compromete o valor destas obras, no que diz respeito à sua contribuição para a história das práticas de cura e para a história do Brasil. Estes autores, ao recriarem este universo de práticas, trouxeram para o centro da cena outros protagonistas, deram-lhes vozes, projetos e relações baseadas na confiança, nas redes de solidariedade e na experiência. E, mais que isto, demonstraram a importância em se entender a história da cura como um processo amplo, no qual tomaram parte não apenas os médicos, mas também curandeiros das mais diferentes formações, doentes e seus familiares.

Conclusão

Este artigo pretendeu fazer uma análise dos trabalhos que recentemente têm tematizado as práticas populares de cura no Brasil como o ponto central de suas investigações históricas. Sua leitura e debate, portanto, estão ainda em seus primeiros passos, já que, de forma alguma, se pretendeu esgotá-los aqui. De fato, meu propósito foi chamar a atenção para a discussão de questionamentos e investigações que se têm demonstrado importantes para a compreensão da história do país. É certo que estudos neste sentido ainda podem ampliar em muito os temas comentados, bem como adicionar informações diferentes das que foram relacionadas. Como já disse, trata-se de um campo de pesquisa em construção, com uma agenda de investigação aberta e à espera do interesse de um número cada vez maior de historiadores.